

## Neoliberalismo e Educação no Amazonas: Desafios na Educação Básica

### *Neoliberalism and Education in Amazonas: Challenges in Basic Education*

Omar Alves de Oliveira

#### RESUMO

Este estudo analisa os impactos das políticas neoliberais na educação básica estadual do Amazonas entre 2014 e 2019, com foco nas consequências para os professores e a qualidade do ensino. A pesquisa foi realizada em uma escola estadual por meio de uma abordagem metodológica mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos. Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se um questionário digital direcionado a professores do Ensino Fundamental II. Os resultados revelam que as medidas de austeridade fiscal, como a contenção de investimentos e a interrupção de reajustes salariais, comprometeram a infraestrutura escolar, limitaram a formação continuada e dificultaram a adoção de inovações pedagógicas. Esse cenário resultou na desvalorização da profissão docente e na desmotivação dos professores, afetando diretamente a qualidade do ensino. A comparação da evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre os períodos de 2009-2013 e 2015-2019 evidencia essa estagnação: enquanto o IDEB apresentou crescimento expressivo antes das políticas de austeridade, o avanço entre 2015 e 2019 foi significativamente reduzido. A pesquisa conclui que é necessário reavaliar as políticas educacionais, priorizando a valorização dos professores, a democratização da gestão escolar e o investimento em estratégias que promovam a qualidade do ensino.

**Palavras-chave:** políticas neoliberais; educação pública; valorização docente.

#### ABSTRACT

This study analyzes the impacts of neoliberal policies on basic public education in the state of Amazonas between 2014 and 2019, focusing on the consequences for teachers and the quality of education. The research was



conducted in a state school using a mixed methodological approach, combining qualitative and quantitative methods. Data collection was carried out through a digital questionnaire applied to lower secondary school teachers. The results reveal that fiscal austerity measures, such as the reduction of investments and the suspension of salary adjustments, undermined school infrastructure, limited ongoing professional development, and hindered the adoption of pedagogical innovations. This scenario led to the devaluation of the teaching profession and teacher demotivation, directly impacting the quality of education. The comparison of the Basic Education Development Index (IDEB) between the periods 2009–2013 and 2015–2019 highlights this stagnation: while the IDEB showed significant growth before the austerity measures, progress between 2015 and 2019 was considerably reduced. The study concludes that it is necessary to reassess educational policies, prioritizing teacher appreciation, the democratization of school management, and investments in strategies that promote educational quality.

**Keywords:** neoliberal policies; public education; teacher appreciation.

## INTRODUÇÃO

Este estudo aborda uma análise crítica das políticas públicas voltadas para a educação na rede estadual do Amazonas e, de forma mais ampla, no Brasil. A pesquisa foca na avaliação das políticas econômicas que têm impactado a valorização dos profissionais da educação no ensino básico, com ênfase nas abordagens neoliberais que utilizam a austeridade fiscal como estratégia econômica, prejudicando o bem-estar geral e, conseqüentemente, o engajamento dos docentes. Tais políticas não só comprometem a democracia, mas também ampliam a influência corporativa no cenário político (Rossi, Dweck & De Oliveira, 2018). Neste contexto, é importante investigar como as políticas neoliberais influenciam os professores da educação básica no estado do Amazonas.

A metodologia empregada neste estudo é de abordagem mista e analítica, utilizando um questionário aplicado por meio de uma plataforma digital, direcionado aos profissionais do ensino Fundamental II de uma escola estadual na área urbana de Manaus, Amazonas. Esta abordagem metodológica visa capturar as percepções e experiências dos educadores, oferecendo uma visão detalhada dos desafios enfrentados no ambiente educacional.

Diversos autores, como Buffon e Costa (2014), Carvalho (2018), Chomsky (2018), Dweck (2018), Rossi (2019) e Mattos (2017), oferecem contribuições significativas para a compreensão do impacto das políticas neoliberais e suas ramificações entre 2014 e 2019 no contexto econômico brasileiro. Seus trabalhos abordam uma gama de temas, desde as políticas de austeridade fiscal até os efeitos na distribuição de recursos para a educação básica pública. Esses estudos proporcionam uma visão aprofundada das implicações do neoliberalismo para o serviço público e, conseqüentemente, para a educação pública, evidenciando os problemas e as conseqüências das políticas adotadas durante esse período.

O projeto neoliberal, caracterizado pela ênfase na redução da intervenção estatal em favor da liberdade de mercado, tem implicações significativas para o setor público. Uma das principais estratégias dessa política é a diminuição dos gastos públicos, incluindo

investimentos essenciais, como os destinados à educação. Tal redução pode levar a cortes orçamentários nas escolas públicas, resultando em falta de infraestrutura adequada, escassez de materiais didáticos e tecnológicos e até mesmo na precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação.

Esse debate oferece uma perspectiva crítica sobre as políticas econômicas implementadas no Brasil durante o período analisado, contribuindo significativamente para a compreensão das implicações do projeto neoliberal no setor público, especialmente na área da educação. Ao analisar essas implicações, o pesquisador pode identificar as adversidades enfrentadas tanto pelos profissionais da educação quanto pelas instituições educacionais. Essa análise é fundamental para a formulação de alternativas e políticas que visem garantir uma educação pública de qualidade e equitativa.

A seguir, a seção de resultados e discussões apresentará uma análise detalhada dos dados coletados, oferecendo uma visão aprofundada das descobertas e das implicações dos achados para o contexto educacional. As considerações finais sintetizarão os principais resultados da pesquisa, refletindo sobre suas contribuições para o entendimento do tema abordado e sugerindo direções para futuras investigações. Esta seção fornecerá uma oportunidade para avaliar as implicações práticas das conclusões e explorar caminhos para aprimorar as políticas educacionais e a prática pedagógica.

## O Projeto Neoliberal Brasileiro

O debate sobre a educação pública brasileira está estreitamente relacionado à economia globalizada, cujas diretrizes em constantes mudanças visam atender às demandas do mercado capitalista, especialmente no contexto neoliberal. Esta doutrina econômica, consolidada a partir do Consenso de Washington (1989), impõe políticas ditadas por grandes empresas que controlam a maior parte da economia internacional e moldam o pensamento global (Chomsky, 2018). No Brasil, essas políticas foram incorporadas gradativamente, resultando em mudanças profundas no papel do Estado e na estrutura das políticas públicas, especialmente na educação.

A introdução do neoliberalismo no Brasil ocorreu de com maior evidência na década de 1990, quando reestruturação econômicas e administrativas, impulsionadas por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, exigiram uma reconfiguração da competência do Estado. O governo Collor deu início a um processo de desestatização e cortes em investimentos sociais, enquanto o governo FHC consolidou essas práticas com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) que limitou os gastos públicos e priorizou o ajuste fiscal. Essas medidas moldaram a lógica das políticas estatais, subordinando áreas essenciais como saúde e educação aos interesses econômicos e financeiros (Eisenbach Neto; Campos, 2017).

No campo educacional, a aplicação de mecanismos neoliberais configurou a educação como ferramenta para atender às demandas do mercado e das corporações, aprofundando desigualdades e distanciando-a de sua função emancipadora. Além disso, essas políticas contribuíram para a precarização do ensino, refletida na redução de investimentos, na infraestrutura deficitária e na desvalorização das práticas pedagógicas. Paralelamente, ocorreu a precarização do trabalho dos profissionais da educação, marcada

por arrocho salarial, falta de condições adequadas de trabalho e intensificação da carga de responsabilidades, tornando o exercício docente mais vulnerável e menos atrativo. Esses fatores evidenciam o impacto negativo do neoliberalismo na educação pública, transformando-a em um espaço de reprodução das desigualdades e de aprofundamento da exclusão social.

O materialismo histórico, para ilustrar o cenário descrito no contexto brasileiro, remonta ao “boom econômico” que ocorreu quando o Brasil se beneficiou do aumento dos preços das matérias-primas no mercado internacional. Esse cenário impulsionou as exportações de produtos como soja, minério de ferro e carne, resultando em superávits na balança comercial. O aumento dos investimentos em infraestrutura, abrangendo projetos de energia, transporte e saneamento básico, não apenas estimulou a economia no curto prazo, mas também estabeleceu bases para o crescimento futuro. Além disso, houve um aumento no salário mínimo e uma redução na desigualdade entre homens, que caiu para 68,6%, conforme o índice de Gini, entre 2007 e 2011 (Komatsu, 2013, *apud* Carvalho, 2018). No entanto, ao final de 2011, as condições internacionais se tornaram desfavoráveis devido à crise na Zona do Euro, à desaceleração da economia chinesa e à lenta recuperação dos EUA, fatores que impactaram negativamente a atividade econômica doméstica brasileira (Dweck & Teixeira, 2017).

De forma geral, o mundo enfrentou um cenário de desaceleração econômica, e diversas nações, de diferentes continentes, sentiram os impactos adversos dessa conjuntura. Entre os fatores que contribuíram para essa desaceleração, destacam-se as medidas de austeridade postas em prática em muitos países, as quais, ao invés de impulsionarem a recuperação do desenvolvimento econômico, acabaram por intensificar a crise econômica. A ideia subjacente a essas medidas era a de que reduzir os gastos governamentais e aumentar a disciplina fiscal poderia restabelecer a confiança dos investidores, criar condições propícias para o investimento privado e, conseqüentemente, impulsionar o crescimento econômico.

Contudo, a aplicação dessas medidas austeras provou-se, em muitos casos, contraproducente. A redução brusca nos gastos do governo teve impactos negativos sobre a demanda agregada, levando a uma queda nos níveis de consumo e investimento. Além disso, a austeridade muitas vezes resultou em cortes em áreas-chave, como educação e infraestrutura, prejudicando o potencial de longo prazo da economia.

No período entre 2010 e 2012, a economia brasileira enfrentou obstáculos significativos, especialmente em meio à crise financeira global iniciada em 2008. Enquanto o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encerrado em 2010, implementou medidas expansionistas, caracterizadas por investimentos e gastos públicos para promover o desenvolvimento econômico, o governo subsequente, em 2011 (presidente Dilma Roussef), adotou uma postura diferente em resposta à crise econômica. “Não deu continuidade ou mesmo aprofundamento da orientação ‘desenvolvimentista’, mas, sim, mudanças significativas na condução das políticas econômicas” (Lara, 2011). Este governo optou por reduzir investimentos e gastos públicos como uma forma de enfrentar as complicações econômicas emergentes.

Essa mudança na orientação política resultou em uma desaceleração temporária da economia brasileira no curto prazo, enquanto o governo buscava controlar o déficit fiscal e garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Uma medida específica nesse sentido foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), lançado em 2010, que tinha como objetivo promover investimentos em infraestrutura, porém, ao longo de sua implementação, houve a necessidade de ajustes e contenção de gastos para garantir a sustentabilidade fiscal (Jorge e Martins, 2013)

Entre 2013 e 2014, o Brasil continuou a lidar com os efeitos da crise econômica global, que impactou significativamente o ambiente econômico e social. Durante esse período, o governo de Dilma Rousseff buscou ajustar suas políticas para enfrentar a desaceleração econômica. Uma das estratégias adotadas foi a implementação de medidas de austeridade e a reavaliação das políticas de gastos públicos, visando equilibrar o orçamento e controlar a inflação. Esse contexto de austeridade se refletiu em várias áreas, incluindo a educação.

Face às dificuldades econômicas, como aumento da inflação, déficit fiscal e desaceleração econômica, o governo reeleito em 2015 reposicionou sua política econômica, recorrendo à austeridade fiscal como solução para equilibrar as finanças públicas, estabilizar a dívida em ascensão, restaurar a competitividade e impulsionar o crescimento do Produto Interno Bruto (Mattos, p. 3, 2017). Entretanto, a complexidade da situação econômica e a interconexão de fatores fizeram com que as medidas de austeridade adotadas pelo governo se tornassem objeto de debate e crítica. O impacto social negativo dessas medidas contribuiu para condições desfavoráveis de vida e aumento da desigualdade social.

Em 2016, o governo brasileiro continuou a enfrentar os problemas derivados da recessão de 2015, o que agravou a crise política e resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, afirmados por estudiosos como “golpe jurídico-midiático-parlamentar” (Araújo, 2021; De Oliveira & Lima, 2017; Marcon, Dourado, & Mezadri, 2020; Saviani, 2020; Singer *et al.*, 2016; Tartaglia & Silva, 2019). O vice-presidente Michel Temer, defensor da doutrina neoliberal, assumiu a presidência e, no final do ano, instituiu o novo regime fiscal por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016. Esta emenda teve como principal objetivo limitar o crescimento das despesas públicas primárias, estabelecendo um teto que restringe o aumento dessas despesas à variação da inflação por um período de 20 anos.

O regime fiscal visava reverter a trajetória de aumento dos gastos públicos e da dívida, restaurar a confiança dos agentes econômicos e atenuar as pressões inflacionárias para revitalizar o crescimento econômico. No entanto, o teto de gastos impõe um congelamento das despesas primárias totais, afetando consideravelmente setores essenciais, incluindo a educação (Ramos; Lacerda, 2019).

O congelamento de gastos pode impactar negativamente a implementação das diretrizes estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 59/2016, que altera o Art. 212, § 3º da Constituição Federal. Esta emenda se apresenta da seguinte forma “a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação” (Brasil, EC nº 59, 2016). Assim, a restrição orçamentária imposta pela EC 95/2016 se configurou como um ataque à educação, tornando inviável garantir a qualidade e equidade na educação pública.

Os estudos de Rossi *et al.* (2019), consoante aos escritos de Milios (2015), destaca que a austeridade é intrinsicamente uma política de classe ou o desdobramento de acordos estabelecidos entre governos, mercado e elites. Essa compreensão sublinha que a aplicação dessa política visa sustentar o sistema capitalista neoliberal, frequentemente à custa dos direitos sociais e da depreciação da democracia. No meio escolar, uma das formas antidemocráticas é a “indicação do gestor escolar que reforça o autoritarismo e a política do favoritismo distanciando a escola da constituição de um ambiente democrático” (Santos e Prado, 2018). Dessa forma, com base nas práticas fiscais do período analisado, fica clara a exclusão da adoção de outro modelo econômico, mesmo que tenha melhor desempenho, uma vez que a ideologia neoliberal atende aos interesses de quem a patrocina e a executa.

## Desvalorização Neoliberal da Educação Básica Amazonense

Neste tópico, o texto analisa a evolução dos reajustes salariais dos profissionais da educação básica entre 2011 e 2019, destacando o período de 2014 a 2019, que foi marcado por políticas neoliberais e medidas de austeridade que impactaram negativamente na remuneração dos educadores, resultando em paralisações, greves e consequências para a comunidade escolar. A Tabela a seguir, permite examinar os reajustes em relação à inflação do IPCA sob as condições econômicas e estratégias fiscais adotadas no período, fornecendo uma perspectiva crítica sobre a adequação das políticas de remuneração implementadas durante este intervalo.

**Tabela 1 - Evolução de reajuste salarial da educação básica estadual do Amazonas.**

Ano	*Reajuste	**IPCA	Observação
2011	8%	6,01%	Reajuste acima da inflação IPCA.
2012	6%	5,85%	Reajuste abaixo da inflação, perda do poder de compra.”
2013	10%	6,31%	Reajuste em duas parcelas: 6,31%/junho e 3,69%/dezembro

**Fonte: \*Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC-AM). \*\*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Tabela elaborado pelo autor**

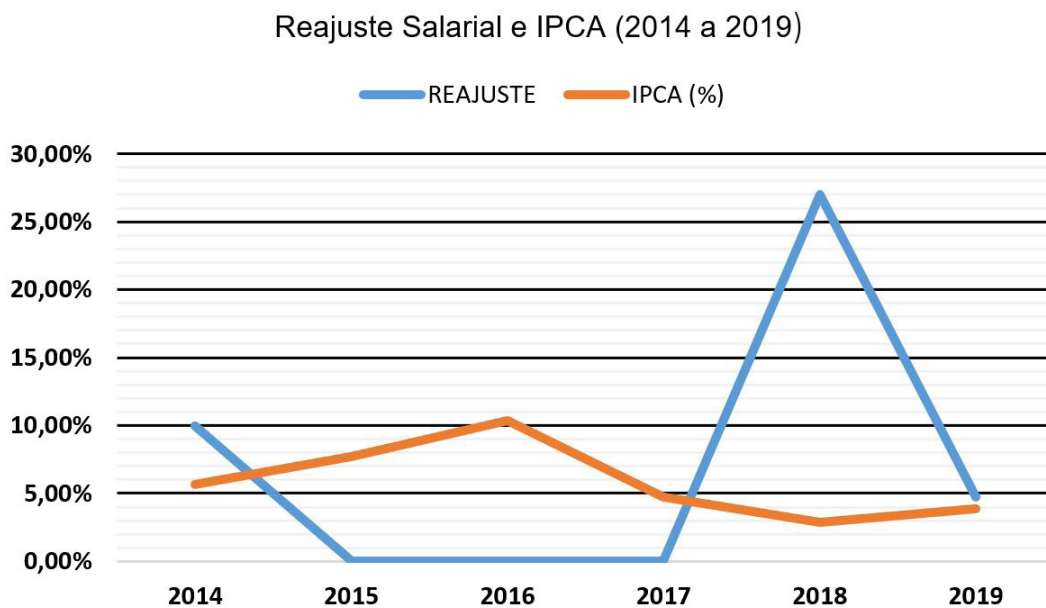
Conforme a tabela 1, os reajustes salariais nesse período refletem o impacto das políticas fiscais e da conjuntura econômica na remuneração dos profissionais da educação. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas expansionistas possibilitaram aumentos salariais mais expressivos. No entanto, com a adoção de uma abordagem econômica mais conservadora em relação aos gastos públicos no governo de Dilma Rousseff, os reajustes foram mais contidos, como parte de uma estratégia para controlar a inflação e equilibrar as finanças públicas. Entre 2011 e 2013, desafios econômicos tanto no Brasil quanto no cenário global influenciaram diretamente os reajustes salariais para a educação estadual no Amazonas.

Em 2011, o reajuste de 8% para esses profissionais, em um ano com inflação de 6,01%, resultou em um aumento real de aproximadamente 1,88%. Este aumento foi modesto, refletindo a atuação do governo estadual para alinhar os salários com a inflação em um contexto de crescimento econômico favorável impulsionado por exportações e investimentos. No ano seguinte, com um reajuste de 6% e inflação de 5,85%, o aumento real foi de apenas 0,15%. O país ainda sofria, segundo Dweck e Teixeira (2017), efeitos da desaceleração econômica global, como a crise na Zona do Euro. Já em 2013, mesmo

com uma inflação de 6,31%, o reajuste foi de 10% que proporcionou um aumento real de aproximadamente 3,69%. Este ajuste buscou compensar os aumentos mais baixos dos anos anteriores e refletiu uma recuperação parcial da capacidade econômica do estado.

Os efeitos severos da crise global, somados às medidas equivocadas do governo brasileiro, foram sentidos com maior intensidade entre 2014 e 2019. A crise econômica e política, associada às medidas de ajuste fiscal, impactou diretamente os profissionais da educação básica no Amazonas, que enfrentaram três anos consecutivos sem reajuste salarial. Esse cenário provocou greves e uma forte pressão sindical. Somente em 2018 houve uma recuperação parcial das perdas salariais acumuladas. O gráfico a seguir ilustra a evolução dos reajustes salariais nesse período de instabilidade.

**Gráfico 1- Evolução dos reajustes salariais da educação estadual do Amazonas.**



Fonte: Reajuste – SEDUC-AM, 2014 a 2018; G1 – Amazonas, 2019; IPCA – IBGE, 2023.  
Gráfico elaborado pelo autor.

Entre 2014 e 2016, o estado passou por uma profunda crise fiscal, agravada pela retração da economia brasileira e pelas políticas neoliberais que priorizavam o ajuste fiscal em detrimento dos investimentos sociais. Em 2015, os educadores enfrentaram um cenário sem reajuste salarial, apesar de uma inflação acumulada de 7,70%. Esta tendência se manteve em 2016, com o IPCA alcançando 10,36%, enquanto os profissionais da educação novamente não receberam qualquer correção salarial. Esse ciclo de congelamento acentuou a perda do poder de compra da categoria e alimentou um crescente descontentamento entre os servidores.

As greves e manifestações de 2017 e 2018 expressaram o descontentamento latente. A mobilização dos educadores foi uma resposta à ausência de reajustes e às condições precárias de trabalho, além das consequências da desvalorização salarial ao longo dos anos. Em 2018, após 45 dias de greve desgastante, o estado finalmente concedeu um reajuste de 27,02%, buscando recuperar parte das perdas acumuladas no período anterior. Embora significativo, esse aumento ainda não foi suficiente para restabelecer plenamente o poder de compra dos educadores, visto que a inflação no período foi de 2,84%. A vitória da categoria não foi plena e o sentimento de derrota atenuou o trabalho desmotivado dos educadores.

O ano de 2019 marcou um retrocesso ainda mais acentuado na política salarial, com um tímido reajuste de 4,73%, apenas ligeiramente acima da inflação de 3,89%. Mesmo após a pequena recuperação salarial de 2018, a educação básica do Amazonas permaneceu atolada em desafios cada vez mais graves, com a precarização do trabalho se agravando. Sob um governo que não apenas adere à doutrina neoliberal, mas também radicaliza suas diretrizes, a conjuntura política e econômica voltou-se agressivamente contra qualquer tentativa de valorização dos profissionais da educação empurrando a educação para um cenário de maior abandono e instabilidade.

No próximo tópico, analisar-se-ão os efeitos dessa crise política e econômica no desempenho da educação básica no Estado do Amazonas, comparando os índices do IDEB nos períodos de 2009 a 2013 e 2015 a 2019, evidenciando os resultados da radicalização neoliberal na rede estadual de educação.

## Desempenho da Educação Básica Estadual do Amazonas

A análise do desempenho da educação básica no Estado do Amazonas, refletida pelos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), oferece uma visão crítica das implicações das políticas públicas e das mudanças econômicas sobre a qualidade educacional. A comparação entre os períodos de 2009 a 2013 e de 2015 a 2019 revela contrastes significativos que iluminam a influência das políticas educacionais e das medidas de austeridade na evolução dos índices de qualidade educacional, evidenciados na tabela seguinte:

**Tabela 2 - Evolução do IDEB por Modalidade de Ensino - Comparação entre 2009-2013 e 2015-2019.**

Modalidades de Ensino	Período	IDEB Inicial	IDEB Final	Varição (%)
Anos Iniciais	2009-2013	3.3 (2005)	5.1 (2013)	+54.5%
	2015-2019	5.5 (2015)	5.8 (2019)	+5.45%
Anos Finais	2009-2013	3.6 (2005)	4.7 (2013)	+30.6%
	2015-2019	4.8 (2015)	5.1 (2019)	+6.25%
Ensino Médio	2009-2013	3.8 (2005)	4.2 (2013)	+10.5%
	2015-2019	4.3 (2015)	4.5 (2019)	+4.65%

**Fonte: IDEB/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) adaptado pelo autor.**

Durante o intervalo de 2009 a 2013, o IDEB para os anos iniciais no Amazonas demonstrou uma evolução positiva significativa. O índice subiu de 3.3 em 2005 para 5.1 em 2013, refletindo um avanço de aproximadamente 54,5% ao longo de oito anos. Esse crescimento pode ser atribuído a uma série de políticas e investimentos direcionados à melhoria da educação básica, incluindo programas focados na qualidade do ensino, formação docente e infraestrutura escolar. A melhoria consistente dos índices nesse período indica uma eficácia significativa das políticas implementadas, sugerindo um comprometimento robusto com o aprimoramento das condições educacionais.

No entanto, ao se examinar o período de 2015 a 2019, observa-se uma evolução mais modesta no IDEB, com o índice passando de 5.5 em 2015 para 5.8 em 2019, resultando em um crescimento total de aproximadamente 5,45% em quatro anos. Este progresso

reduzido, comparado ao período anterior, pode ser atribuído às políticas de austeridade, que também incluíram o congelamento salarial dos profissionais da educação. As restrições orçamentárias apontam impacto negativo na motivação e no desempenho dos profissionais em educação, além de limitar a capacidade de investimento em programas educacionais e em infraestrutura escolar, prejudicando o avanço contínuo dos índices de qualidade.

Esses dados indicam que o período de 2009 a 2013 foi caracterizado por avanços substanciais nos resultados do IDEB, evidenciando que as políticas públicas educacionais daquele período foram eficazes e bem direcionadas. A melhoria significativa dos índices pode ser atribuída aos investimentos e reformas realizadas, que promoveram uma elevação na qualidade da educação. Em contraste, a estagnação observada entre 2015 e 2019 evidencia os desafios impostos pelas políticas de austeridade, que enfraqueceram a motivação e o engajamento dos profissionais da educação e limitaram a implementação de novas estratégias pedagógicas.

Mendes (2020) reafirma a desvalorização dos profissionais da educação no Brasil, destacando como a reestruturação capitalista transformou a educação em um instrumento de poder, ao reduzir a intervenção do Estado e intensificar a pressão por resultados sobre os professores. Os docentes, muitas vezes responsabilizados pelo desempenho dos alunos, enfrentam um controle estatal cada vez maior e incentivos financeiros condicionados ao alcance de metas. Essas circunstâncias têm gerado desilusão e uma crescente falta de perspectivas dignas para a carreira docente.

## METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar determinados aspectos do ambiente educacional de forma abrangente, o presente estudo adotou uma combinação de métodos e procedimentos metodológicos. O instrumento principal de coleta de dados foi um questionário elaborado no Google Forms, contendo 12 perguntas. Destas, 03 perguntas de escala de múltipla escolha seletiva pertinentes a este artigo, foram selecionadas para estudo, baseando-se nas respostas de 33 professores de uma escola estadual de Educação Básica, no segmento do Ensino Fundamental II.

A participação dos professores foi voluntária e limitada à escola em questão, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes. Conforme dados iniciais, mais de 50% dos respondentes tem mais de 10 anos de experiência no magistério público e mais de 80% já trabalham há mais de 06 anos especificamente nessa modalidade. Esses dados visam garantir um conhecimento sólido e uma vivência significativa dos profissionais no contexto investigado.

Os participantes foram selecionados através de uma amostragem por conveniência, com critérios de inclusão específicos que limitam a amostra ao público-alvo desejado, garantindo a representatividade do grupo estudado e facilitando a investigação das consequências dos eventos econômicos dentro desse grupo específico nesse sistema e modalidade de ensino.

Para embasar teoricamente as discussões e análises, foram consultados e citados autores e estudos relevantes no campo da educação, pesquisados na plataforma Google Acadêmico. A abrangência temporal dessa revisão bibliográfica compreendeu o período de 2014 a 2019, início e instituição do Plano Nacional de Educação em vigor com término em 2024, oferecendo assim uma perspectiva atualizada e contextualizada das questões exploradas.

Além disso, outras fontes bibliográficas foram utilizadas, incluindo obras adquiridas em sites de venda de grande circulação. Esta diversidade de fontes busca ampliar e enriquecer o embasamento teórico do estudo, contemplando diferentes perspectivas sobre os temas investigados.

O método utilizado foi desenho: campo e bibliográfico-documental com técnica quali/quantitativa de tipo analítico e nível apreensivo. Foram feitas 12 (doze) perguntas aos 33 (trinta e três) professores com opções de múltiplas respostas: sim, não, talvez, concordo ou não concordo, entre outras, mas apenas serão analisadas na discussão de resultados às questões relacionadas ao tema debatido neste estudo.

A partir da finalização das entrevistas e dos dados coletados, que por conta das leis de restrição da Pandemia de Covid 19, foram feitos de modo on-line pela Plataforma Google Forms, o sistema da Plataforma gerou os gráficos de cada uma das doze perguntas e suas respectivas respostas, os quais foram adaptados para publicação deste texto.

Os alunos da escola são moradores do bairro da Compensa e da Vila da Prata. são áreas urbanas que enfrentam altos índices de vulnerabilidade social, com uma população frequentemente confrontada com condições de vida desafiadoras. As desigualdades socioeconômicas são evidentes, com uma significativa parcela da população enfrentando dificuldades no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e transporte. O basilar problema detectado no período de vigência da pesquisa foi a falta de contato com os alunos durante a Pandemia, pois nesse momento a escola funcionou na modalidade online. A escola funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, este foi excluído da pesquisa por não ter a modalidade de ensino necessária à pesquisa.

Para a análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criou-se a Tabela 01 a partir de dados organizados em duas faixas temporais: 2009-2013 e 2015-2019, nas modalidades de anos iniciais, anos finais e ensino médio, conforme disponibilizado pelo INEP. Esses intervalos foram escolhidos para comparar a eficácia das políticas educacionais e os impactos das mudanças econômicas e fiscais sobre o desempenho educacional, aproveitando pontos de referência com dados disponíveis e consistentes.

Cálculo da Variação Percentual: A variação percentual foi calculada usando a fórmula:

$$\text{Variação (\%)} = \left( \frac{\text{IDEB FINAL} - \text{IDEB INICIAL}}{\text{IDEB INICIAL}} \right) \times 100$$

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto da execução das políticas educacionais no estado do Amazonas, esta pesquisa vem responder como as políticas neoliberais afetam os professores na educação básica do estado? Essa questão central levanta preocupações sobre o papel do neoliberalismo na configuração do ambiente educacional e nas condições de trabalho dos professores. Ao considerar a prevalência dessas políticas, é essencial examinar como elas influenciam diretamente a experiência e o desempenho dos educadores, bem como o seu bem-estar e autonomia no exercício da profissão. Este estudo se propõe a explorar os resultados e discussões relacionados a essa problemática, buscando compreender as nuances dessa relação e suas implicações para a qualidade da educação básica no estado do Amazonas.

Ao explorar as respostas obtidas na pesquisa sobre as políticas públicas executadas na rede estadual de ensino do Amazonas, os dados revelam uma significativa divergência de opiniões entre os participantes. A questão que buscava identificar a perspectiva dos respondentes sobre o direcionamento dessas políticas forneceu uma visão complexa e multifacetada.

**Gráfico 2 - No que tange às Políticas Públicas implementadas na rede estadual de ensino do Amazonas.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria, representada por 52% dos participantes, percebe as políticas públicas como sendo primeiramente pensadas na resolução da baixa qualidade de ensino. Durante o período de 2015 a 2017, a SEDUC-AM interrompeu os reajustes salariais dos professores e diminuiu os gastos públicos educacionais, medidas consolidadas na Emenda Constitucional 95/2016, a qual prevê a contenção de aumento salarial e aumento de gastos por 20 anos. A ausência de reajustes salariais para os professores reflete no seu desprestígio social. Em uma sociedade capitalista, a reputação do ofício está intimamente ligada à questão financeira. Dada a importância da educação para a coletividade, esse descaso impacta diretamente na motivação do profissional do ensino. Logo, ao atacar o setor primário, essas políticas se mostram contrárias às opiniões expressas pelos participantes.

Além disso, ao restringirem os recursos destinados à educação, as medidas de austeridade podem comprometer a infraestrutura, a formação continuada e criar obstáculos às práticas pedagógicas inovadoras. Enquanto a perspectiva neoliberal propaga a eficiência financeira, a aplicação dessas políticas prejudica o setor educacional e levanta dúvidas sobre a verdadeira prioridade dessas políticas educacionais.

Contrastando com a perspectiva anterior, 27% dos participantes indicaram que as políticas não têm objetivado a solução da baixa qualidade de aprendizagem. Essa visão crítica sugere uma percepção de que as ações realizadas podem não estar cumprindo com as demandas do sistema educacional, apontando para possíveis lacunas entre as intenções declaradas das políticas e sua efetiva contribuição para a melhoria da qualidade do ensino. Essa percepção corrobora com o julgamento de Rossi, Dweck e De Oliveira (2018) quando entende que a austeridade pode ser usada como estratégia que visa manter a estrutura do sistema neoliberal capitalista, muitas vezes sacrificando os direitos sociais.

A interpretação dessas duas questões revela uma divergência significativa entre as expectativas dos participantes e a efetividade percebida das políticas educacionais em vigor. Essa disparidade levanta questões sobre a necessidade de uma avaliação mais aprofundada das estratégias efetuadas pelo executivo. Torna-se então, essencial que os docentes assumam um papel ativo na avaliação e discussão das políticas educacionais, considerando não apenas suas intenções declaradas, mas também seu impacto prático na qualidade da educação. A colaboração entre os profissionais da educação, a sociedade civil e os responsáveis pela formulação de políticas se torna crucial para garantir que as estratégias sejam compatíveis com as necessidades reais das salas de aula e promovam um ambiente educacional mais propício ao desenvolvimento integral dos alunos.

Outro percentual que ressalta a relação direta entre as opiniões dos professores e as implicações das políticas neoliberais, especialmente no contexto da estratégia de austeridade, diz respeito aos 18% dos participantes que afirmaram priorizar o direcionamento dos recursos para atender a fornecedores. Isso destaca uma preocupação significativa sobre a alocação de recursos no sistema educacional, apontando que muitas vezes priorizam a contenção de gastos em detrimento de investimentos diretos na qualidade do ensino. Ao direcionar recursos prioritariamente para fornecedores, pode haver um desequilíbrio na distribuição de investimentos, comprometendo a qualidade do ensino.

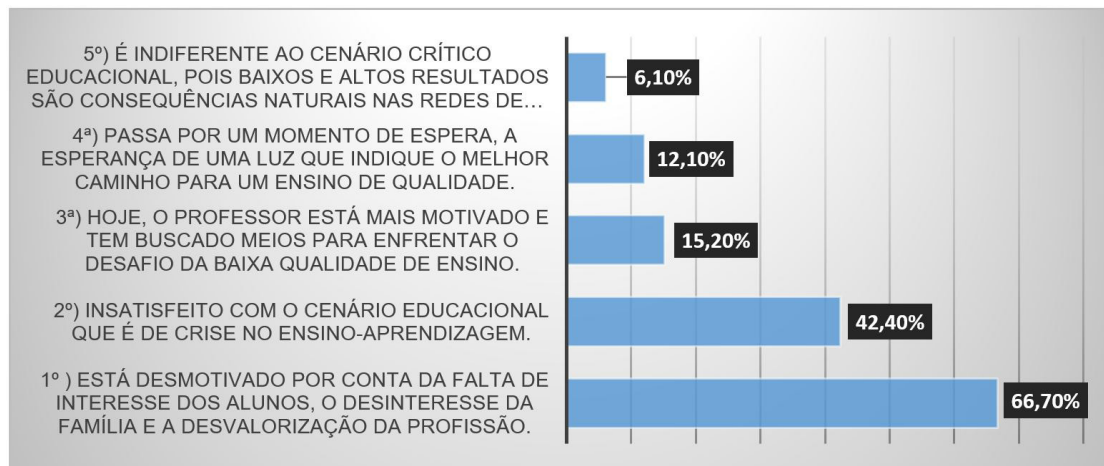
A terceira opção de escolha dos participantes foi: “Os investimentos têm sido significativos com foco direcionado ao aluno”, registrando um total de 3% (1 professor) de votação nesta alternativa. O gráfico revela que a maioria dos entrevistados não concorda com essa perspectiva, indicando que, de acordo com os resultados apresentados, há uma percepção generalizada de que o governo tem investido de forma insuficiente em ações centralizadas no aluno e em seu aprendizado.

Ao discutir a centralização do aluno nas políticas públicas, argumenta-se que cada ação política deve ser fundamentada na necessidade do aluno. Questões como o impacto do projeto na melhoria da aprendizagem, a valorização do professor, a contribuição de laboratórios de informática para a qualidade do ensino, as preferências alimentares dos alunos, o design do uniforme escolar e as práticas esportivas para promover a integração saudável são essenciais nesse contexto. Portanto, centralizar o aluno nas políticas educacionais implica em assumir uma política de Estado que busca assegurar uma qualidade de ensino duradoura.

A centralidade do aluno na escola é um tema de grande relevância no contexto educacional contemporâneo. A discussão sobre esse tema não apenas reflete a evolução dos modelos de ensino, mas também a crescente compreensão da importância do aluno

como agente ativo no processo de aprendizagem. Por outro lado, as políticas neoliberais, frequentemente marcadas por cortes orçamentários e superlotação de salas de aula, tendem a negligenciar as prioridades dos alunos e limitar suas oportunidades de participação e engajamento. Em contraste, uma perspectiva centrada no aluno reconhece a diversidade de experiências e necessidades dos estudantes, priorizando sua autonomia e desenvolvimento integral. No entanto, para uma compreensão mais completa e abrangente dessa questão, é necessário realizar estudos mais aprofundados.

**Gráfico 3 - Professor(a), sente-se motivado(a) para realizar sua função? Por favor, marque a(s) alternativa(s) que melhor se aproxima de sua opinião.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

A discussão sobre a motivação dos professores é frequente em estudos, levando em conta sua importância para a melhoria da qualidade do ensino público. Dentro do contexto teórico examinado, observou-se que a atual política liberal tem desvalorizado socialmente esse profissional. Os dados levantados revelam o grau de motivação dos professores, resultados que indicam claramente o impacto negativo dessas políticas.

A expressiva maioria, representada por 66,70%, mostra-se estar desmotivada devido à falta de interesse dos alunos, o desinteresse da família e a desvalorização da profissão. Esse percentual sugere que as políticas públicas atuais não têm encarado de maneira efetiva os impasses enfrentados pelos professores no ambiente escolar, como a falta de apoio familiar, o desinteresse dos alunos e a desvalorização da profissão.

A valorização do professor é uma questão multifacetada que vai muito além da remuneração. Envolve elementos essenciais para o reconhecimento e fortalecimento do papel desses profissionais. Além do aspecto financeiro, fatores como o reconhecimento social, condições de trabalho adequadas, desenvolvimento profissional contínuo, participação nas decisões educacionais, respeito e apoio dos alunos e famílias, valorização da diversidade, segurança empregatícia, políticas educacionais eficazes e incentivos à inovação são fundamentais.

Dentre as adversidades mencionadas, destaca-se a obtenção da qualificação *stricto sensu*, nível estabelecido no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de 2013 (PCCR). Esta qualificação proporciona aos professores uma base sólida para compreender as complexidades do ambiente educacional em constante transformação. Além disso, um aumento de 50% a 55% nos benefícios financeiros, respectivamente para o mestrado

e doutorado previsto no PCCR, poderia resultar em uma redução na carga horária de trabalho. Esse benefício é especialmente pertinente considerando que uma grande parte dos professores trabalha jornadas diárias de 8 ou 12 horas no ensino público.

Outro fator desmotivador diz respeito à falta de interesse dos alunos, e uma das discussões é a ausência de formação contínua para atualizar o profissional, preparando-o para uma educação que atenda às expectativas da “Geração Z e Alpha”, imersas nas tecnologias digitais e significativamente influenciadas por elas em sua forma de aprender e interagir com o mundo ao seu redor. A atuação desatualizada do professor compromete a comunicação com seus alunos, evidenciando uma necessidade maior de políticas educacionais direcionadas a um ambiente de ensino mais alinhado com as demandas contemporâneas ou necessidades do aluno atual. Essa demanda requer um investimento mais significativo, especialmente considerando o contexto das escolas públicas do Amazonas.

Ainda nesse item, a desmotivação dos professores, confirmada pelos 66,70% nessa questão, está também intrinsecamente ligada à falta de apoio e participação da família no processo educacional. Quando os familiares não estão envolvidos ou demonstram desinteresse, cria-se um ambiente desafiador para os educadores. A ausência de apoio familiar pode refletir em comportamentos dos alunos, como falta de interesse, indisciplina e falta de comprometimento acadêmico. Essa falta de envolvimento parental impacta diretamente na eficácia do trabalho do professor, gerando frustrações e desânimo. A parceria entre escola e família é fundamental para o sucesso educacional, e quando essa colaboração é negligenciada, os professores enfrentam obstáculos significativos, resultando em uma desmotivação que vai além das questões pedagógicas, afetando a qualidade global do ambiente educacional.

Diante das discussões desse item, as medidas austeras e os interesses do projeto neoliberal exercem impactos prejudiciais nos elementos que compõem a valorização do professor. Ambientes educacionais precários e salários inadequados alimentam uma desmotivação generalizada no meio educacional. É imperativo reconhecer a necessidade de valorizar e investir no desenvolvimento profissional, principalmente no setor público que é predominante na sociedade brasileira.

A alternativa seguinte, aponta que 42,40 % dos entrevistados estão insatisfeitos com o cenário educacional que é de crise no ensino-aprendizagem. A distinção entre a desmotivação causada pela falta de interesse dos alunos, mencionada pelos 66,7%, e a insatisfação de 42,4% de professores devido à crise no ensino-aprendizagem é marcante. Cumpre mencionar que enquanto a primeira reflete uma desmotivação vinculada diretamente à atitude dos estudantes, indicando contratempo na conexão e engajamento em sala de aula, a segunda aponta para uma preocupação mais abrangente relacionada à qualidade geral do processo educacional. A crise no ensino-aprendizagem sugere inquietações quanto aos métodos, recursos e eficácia do sistema educacional como um todo, transcendendo a esfera individual do interesse dos alunos. Essas nuances destacam a complexidade dos fatores que contribuem para a desmotivação docente e ressaltam a necessidade de abordagens específicas para cada aspecto, visando revitalizar efetivamente o ambiente educacional.

Outra perspectiva expressa por uma minoria de 15,20% dos docentes, afirma que os professores estão mais motivados e enfrentando com sucesso o desafio da baixa qualidade de ensino. Essa percepção se contrapõe à visão predominante apresentada anteriormente. A maioria expressa uma desmotivação generalizada, evidenciando complicações significativas no ambiente educacional. Embora o otimismo desses seja válido para uma parcela específica de professores, é importante reconhecer que a visão mais abrangente reflete uma realidade mais condizente com a baixa qualidade de ensino que reflete uma condição complexa e desafiadora. A baixa qualidade de ensino persiste como uma preocupação central, e a desmotivação documentada pela maioria sugere a existência de obstáculos sistêmicos que necessitam de atenção e soluções abrangentes para o avanço da educação.

Os 12,10% dos professores que expressam estar em um momento de espera, aguardando uma luz que aponte o melhor caminho para um ensino de qualidade, levantam questionamentos sobre a postura do educador diante de questões educacionais. A sensação de espera, nesse contexto, pode suscitar uma reflexão crítica sobre o papel social do professor. A letargia percebida em aguardar por mudanças externas pode contradizer o papel intrínseco do educador como agente transformador da realidade. Em vez de esperar por orientações externas, talvez seja mais condizente com a função social do professor buscar ativamente formas de contribuir para melhorias no ensino, seja por meio de inovações pedagógicas ou participação em discussões educacionais. Esse entendimento destaca a importância de uma postura mais proativa por parte dos educadores, em conformidade com seu papel central na construção de uma educação de qualidade.

O grupo representado pelos 6,10% dos professores que indicam estar indiferentes ao cenário crítico educacional, argumentando que baixos e altos resultados são consequências naturais nas redes de ensino, pode ser interpretado como um estágio avançado de desmotivação profissional. Em contraste com aqueles que buscam ativamente melhorias ou aguardam mudanças significativas, esse grupo parece ter se resignado diante das adversidades. A aceitação aparente de baixos resultados como algo inerente ao sistema educacional indica uma possível conformação diante da crise, refletindo uma resignação frente às dificuldades. Ao relacionar este estágio com os resultados anteriores, observamos uma progressão na desmotivação, desde a busca por soluções até a indiferença resignada, evidenciando a complexidade e a variedade de reações dos professores frente às demandas educacionais. Esse resultado alerta a urgência de estratégias que inspirem e reacendam o comprometimento dos educadores, principalmente em meio a cenários adversos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo analisado, fica evidente que o projeto neoliberal emerge como um fator determinante no entrave ao desenvolvimento educacional na educação básica pública tanto no estado do Amazonas, quanto no cenário nacional. Ao responder à pergunta central deste artigo - Como as políticas neoliberais afetam os professores na educação básica do estado? - foi possível constatar que tais políticas têm um impacto profundo e multifacetado sobre os profissionais da educação.

Os resultados revelaram que as políticas neoliberais, no contexto educacional, promovem a desvalorização dos professores de diversas maneiras. A falta de investimento público adequado, aliada à ênfase na competitividade e na privatização, resulta em condições precárias de trabalho, baixos salários e falta de reconhecimento profissional. Além disso, a seleção de gestores por nomeação, muitas vezes baseada em critérios políticos e não técnicos, contribui para a descontinuidade de projetos educacionais e para um ambiente institucional instável.

Ao subordinar a educação aos ditames do mercado, negligenciam seu papel transformador e inclusivo. Esses efeitos combinados das políticas neoliberais representam um desafio significativo para os professores da educação básica do estado, impactando não apenas sua qualidade de vida e motivação profissional, mas também comprometendo diretamente a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Diante desse panorama, é imperativo que se repense o modelo neoliberal dominante no sistema educacional brasileiro. São necessárias políticas que valorizem e dignifiquem a profissão docente, promovendo investimentos públicos consistentes em formação continuada, melhores condições de trabalho e uma remuneração adequada. Nesse sentido, é fundamental lembrar que o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil estabelece o direito social à educação pública, destacando a importância de políticas que promovam oportunidades e o desenvolvimento integral dos indivíduos (Brasil, 1988).

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. **Na teoria, modernização; na prática, regressão: política educacional no governo Temer.** *Linhas Críticas*, v. 27, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v27/1981-0431-LC-27-e35696.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 14 jan. 2025.

BUFFON, M.; COSTA, B. J. **Do estado de bem-estar social para o neoliberalismo.** Revista Estudos Legislativos, v. 8, n. 8, p. 103-127, 2014. Disponível em: [https://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos\\_legislativos/article/view/153](https://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/153). Acesso em: 14 jan. 2025.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Editora Todavia SA, 2018. ISBN 978-85-93828-63-8.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2018. Disponível em: <https://elivros.love/livro/baixar-livro-o-lucro-ou-as-pessoas-noam-chomsky-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online>. Acesso em: 14 jan. 2025.

DE OLIVEIRA, R. S.; LIMA, F. C. **O Golpe Parlamentar de 2016, o aprendizado com os golpes do século XX e os desdobramentos do golpe: um ensaio sobre história imediata do Brasil.** Revista Trama Interdisciplinar, v. 8, n. 2, 2017. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/10215>. Acesso em: 14 jan. 2025.

DOS SANTOS, I. M.; DO PRADO, E. C. **Formas de provimento do cargo de gestor escolar em Alagoas: tendências e configurações atuais na rede de educação pública municipal.**

Cadernos do Tempo Presente, n. 16, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/2801/2441>. Acesso em: 14 jan. 2025.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Texto para Discussão, n. 303, p. 1-42, 2017. ISSN 0103-9466. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/09/TD303.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

EISENBACH NETO, Filinto Jorge; CAMPOS, Gabriela Ribeiro. O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. In: **Educere: Congresso Nacional De Educação**. 2017.

G1 – AMAZONAS. **Deputados aprovam reajuste salarial de 4,73% para professores no AM**. G1, 23 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/05/23/deputados-aprovam-reajuste-salarial-de-473percent-para-professores-no-am.ghtml>. Acesso em: 14 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Tabelas completas de séries históricas/ Série histórica do IPCA – 2011 a 2019**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 14 jan. 2025.

JORGE, C. T.; MARTINS, N. M. **Política fiscal e a desaceleração da economia brasileira no governo Dilma (2010-2012)**. Texto Para Discussão, n. 13, 2013. Instituto de Economia UFRJ. Disponível em: [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2013/TD\\_IE\\_013\\_2013.pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2013/TD_IE_013_2013.pdf). Acesso em: 14 jan. 2025.

LARA, F. M. **As contribuições à desaceleração do crescimento no Brasil (2011-14)**. Indicadores Econômicos FEE, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2015. ISSN 1806-8987. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3611>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARCON, T.; DOURADO, I. P.; MEZADRI, N. J. **Potencialidades e limites político-educativos das mobilizações no Brasil: desafios de tradução**. Linhas Críticas, v. 26, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v26/1981-0431-LC-26-e29703.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MATTOS, L. M. **Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira**. Análise, v. 39, p. 46, 2017. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13933.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MENDES, I. M. C. **A valorização do magistério público no âmbito das normativas do Estado do Amazonas**. 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8141>. Acesso em: 14 jan. 2025.

RAMOS, A. P.; LACERDA, A. C. **A Emenda Constitucional (EC) 95 e o engodo do “teto dos gastos”**. In: LACERDA, A. C. (Org.). O mito da austeridade. São Paulo: Contracorrente, 2019. p. 53-77. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/economiapolitica/2019-Andre-Paiva-AC-Lacerda-A-Emenda-Constitucional-95-e-o-engodo-do-teto-degastos.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ROSSI, P.; DWECK, E.; DE OLIVEIRA, A. L. M. **Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Economia-para-Poucos.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SANTOS, Isabela Macena dos; PRADO, Edna Cristina do. **Entre a eleição e a indicação**

**política: As relações de poder no cotidiano do gestor escolar.** Revista Exitus, v. 8, n. 1, p. 59-86, 2018.

SAVIANI, D. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência.** Roteiro, v. 45, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v45/2177-6059-roteiro-45-e21512.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SINGER, A., *et al.* **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

TARTAGLIA, L. M.; SILVA, E. M. da. **Entrevista com Monica Ribeiro da Silva: a contrarreforma do ensino médio.** Linhas Críticas, v. 25, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v25/1981-0431-LC-25-e19720.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.